


Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXVII • Nº 112

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 7 de julho de 2010

FOTOS: JOÃO BITA



ANÁLISE - Presidente da Comissão, Geraldo Coelho (1º do lado esquerdo) destacou aprovação de projetos para minimizar efeitos das enchentes que destruíram cidades do Interior

Finanças monitora retomada da economia pernambucana

Apesar da crise financeira mundial, Estado adotou estratégias que surtiram efeito

Testemunha da guinada econômica de Pernambuco, que, desde o início de 2010, tem ostentado crescimento na arrecadação, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe começou o ano embalada pelos bons ventos da política fiscal do Estado. Foram recebidas pelo colegiado 213 proposições para apreciação, no primeiro semestre. Das matérias apresentadas aos parlamentares, 76 foram aprovadas, 25 rejeitadas, cinco retiradas da pauta de votação, a pedido do próprio autor, e 107 continuam a tramitar.

Ao todo, 12 reuniões ordinárias realizadas e uma audiência pública. Dentre os encontros, a apresentação da execução orçamentária do último quadrimestre de 2009 ganhou destaque. Durante o debate, em abril, o secretário estadual da Fazenda, Djalmo Leão, anun-

ciou a recuperação financeira do Estado, após a crise econômica mundial. O gestor registrou também o aumento de 21% na captação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nos três primeiros meses de 2010. O tributo é a principal fonte de recursos.

Para o presidente de Finanças, deputado Geraldo Coelho (PTB), as iniciativas implementadas pelo Governo Eduardo Campos permitiram vivenciar um cenário mais tranquilo, mesmo em meio à instabilidade. “Assim, foi possível dar continuidade aos investimentos nas áreas de educação e saúde”. “Este semestre foi muito positivo, principalmente, pelo aumento da captação de receita, que facilitará, entre outras coisas, a assistência às vítimas das chuvas que arrasaram cidades do Interior”, observou o petebista.



ENCONTROS - No primeiro semestre do ano, 12 reuniões ordinárias e uma audiência pública movimentaram o colegiado

Atos

ATO Nº. 1053/10

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido nos Ofícios nºs 919061 e 680773/2010, do Deputado Barreto, **RESOLVE:** exonerar **REJANE MARIA RAMOS**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, a partir do dia 1º de julho do corrente ano, nomeando para o referido cargo, **LAURA PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 4,32% (quatro vírgula trinta e dois por cento), nos termos da Lei nº. 11.614/98 com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 29 de junho de 2010.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

(REPUBLICADO POR INCIRREÇÃO)

ATO Nº 1085/10

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº.161/2010, do Deputado Eduardo Porto, **RESOLVE:** nomear **ANDREA VIDAL DOS PRAZERES**, para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 43,30% (quarenta e três vírgula trinta por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 06 de julho de 2010.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Ofício/Poder Executivo

OFÍCIO Nº 370/2010-GG/PE

Recife, 1º de julho de 2010.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, valho-me da oportunidade para dar ciência a essa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da abertura de Crédito Extraordinário ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2010, através do Decreto nº 35.254, de 01 de julho de 2010, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), aberto com fundamento no §3º do art. 128 da Constituição Estadual, no inciso III do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e nos arts. 37 e 38 da Lei nº 7.741, de 23 de outubro de 1978, tendo em vista os Decretos Estaduais nº 35.191 e nº 35.192, ambos de 21 de junho de 2010, e nº 35.231, de 27 de junho de 2010, que declararam, respectivamente, "Situação de Emergência" e "Estado de Calamidade Pública", em áreas de Municípios do Estado de Pernambuco, indicados naqueles instrumentos.

O crédito extraordinário em apreço inclui no Plano Plurianual 2008/2011 e na Lei Orçamentária de 2010, o Programa Estadual

de Combate às Situações de Emergência e Calamidade Pública que visa à implementação de medidas destinadas à restauração da normalidade em Municípios declarados em situação de emergência ou de calamidade pública e a reconstrução de áreas afetadas.

Cumpra esclarecer que os recursos necessários à cobertura das despesas previstas no referenciado Crédito extraordinário, conforme demonstrativo constante do seu Anexo I provém de convênio firmado com o Governo Federal.

Por oportuno, informo que os recursos do referenciado Crédito Extraordinário serão aplicados na assistência às populações afetadas pelas intensas precipitações pluviométricas que atingiram a Região Metropolitana do Recife, a Mata-Sul e parte do Agreste do Estado, compreendendo o fornecimento de bens, prestação de serviços, execução de obras e a realização de transferências voluntárias, na forma da lei.

Na oportunidade, faço anexar ao presente expediente cópia do Decreto nº 35.254, de 01 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial do Estado nº 123, de 02 de julho de 2010.

Reitero, por este intermédio, a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares, a expressão da minha estima e alta consideração.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GUILHERME UCHOA**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Nesta

Atas de Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 15 DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DO COLÉGIO EDSON MOURY FERNANDES, RUA 2, CONJUNTO RESIDENCIAL MURIBECA, S/N, PRAZERES, DIA 19 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 19:00 HORAS, TEMA: SITUAÇÃO DOS PRÉDIOS DO CONJUNTO RESIDENCIAL MURIBECA.

Aos 19 dias do mês de outubro, do ano de 2009, às 19:00 horas, no Colégio Edson Moury Fernandes, Rua 2, Conjunto Residencial Muribeca, s/n, Prazeres, reuniram-se a **Deputada Terezinha Nunes**, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos; **Deputada Jacilda Urquiza**, membro titular e **Deputado Pedro Eurico**, membro suplente, ambos deste colegiado técnico; **Deputado Estadual Eduardo Porto**; **Deputado Federal Inocêncio Oliveira**; **Vereador Neco**, Presidente da Câmara dos Vereadores do Jaboatão dos Guararapes; **Vereador João Freitas Costa**, de Jaboatão dos Guararapes e os seguintes convidados: Sr. **Édipo Soares Cavalcante Filho**, Promotor da 2ª Promotoria de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes; Sr. **Vavá Rufino** Secretário de Infraestrutura de Jaboatão dos Guararapes, representando o Prefeito Elias Gomes; Sr. **Carlos Wellington**, Pesquisador e Coordenador da área de engenharia civil, representando o Presidente do Itep, Sr. Frederico Cavalcante Montenegro; Sra. **Albeniz Ferreira**, Presidente do Clube de Mães da Muribeca; Sr. **Marcos Soares**, Diretor da Rádio Cultural; Sra. **Deda**, Presidente da Associação de Moradores do Brasil Novo; Sra. **Silvia Ribeiro**, Presidente da Associação das Crianças e Adolescentes da Muribeca; Sr. **João Freitas**, Presidente da Associação Comunitária Muribeca; Sra. **Maria José Ramos de Souza**, Presidente do Conselho de Moradores; Sr. **Fábio Palhano**, representando o Secretário das Cidades, Sr. Humberto Costa; Sr. **Carlos Wellington**, engenheiro do Instituto de Tecnológico de Pernambuco – Itep; **Ten./Cel. Ivan Fredovino**, representando da Codecipe; Sr. **José Carlos**, Secretário

Extraordinário do Jaboatão dos Guararapes; Sr. **Cláudio Carralim**, Secretário de Cidadania do Jaboatão dos Guararapes; Sr. **Júlio César**, Procurador Geral do Município do Jaboatão dos Guararapes; Sr. **Guilherme Veiga**, representando o Sr. Antônio Campelo, Presidente da Federação das Associações de Moradores dos Núcleos COHAB e Similares de Pernambuco – FEMOCOAB; Sra. **Maninha Aguiar**, A **Presidente** iniciou sua fala dizendo que a Audiência Pública foi solicitada pelo Deputado Estadual Pedro Eurico e pelo Vereador João Freitas Costa de Jaboatão dos Guararapes. Disse que a Comissão realizou desde o ano de 2007, reuniões sobre a situação dos prédios caixão da Região Metropolitana do Recife, conseguindo no período, que as Prefeituras fizessem um levantamento dos prédios em situação de risco. Lembrou dos direitos dos moradores na recuperação dos prédios ou de indenização, caso o prédio não tivesse condição de ser recuperado. Completou que o Tribunal de Justiça se comprometera por meio de uma equipe de juizes para julgar esses processos de indenização. Em seguida passou a palavra para o **Vereador João**, cumprimentou a todos os presentes, informou que em Muribeca existiam 69 prédios, com mais de 15 mil moradores prejudicados e sem saber quando iriam começar as reformas dos mesmos. Perguntou a Presidente da Comissão o que poderia ser feito para ajudar aquelas famílias. Informou que conseguiu 100 ônibus para levar os moradores prejudicados ao Palácio do Governo, para não só mostrar ao Governador suas indignações, como também cobrar providências. Finalizou perguntando quando começariam as reformas nos prédios. Prosseguindo o **Deputado Estadual Pedro Eurico**, cumprimentou a todos os presentes, disse que o problema não era de Muribeca, pois vinha há 30 anos, desde a 4ª etapa de Rio Doce, Marcos Freire e Artur Lundgren, onde estes foram construídos pela extinta COHAB e financiados pela Caixa Econômica Federal, uma construção de blocos sem concreto armado. Criticou que era muito fácil após 30 anos condenar um prédio, salientando que os laudos que foram feitos por técnicos mereciam credibilidade, para ele, quem tinha que resolver era quem financiou, cobrou e recebeu o dinheiro dos moradores. Explicou como eram feitas as construções e financiamentos dos prédios da extinta COHAB, através da Caixa Econômica Federal. Denunciou que moradores da 4ª etapa de Rio Doce, Olinda estavam morando em uma garagem, recebendo uma mixaria do governo, sem ter como voltar para suas casas. Finalizou dizendo que era preciso uma solução, pois alguém teria que assumir e a Caixa não poderia se esquivar, assim como as Prefeituras, Governo do Estado e Cehab. Em seguida a **Presidente** justificou a ausência do Prefeito Elias Gomes, que estava em Brasília, em reunião no Ministério da Fazenda, juntamente com os Prefeitos de todos os municípios que estavam enfrentando aquele problema, em busca de uma solução e em seguida passou a palavra para o Sr. **Vavá Rufino**, cumprimentou a todos os presentes, disse que quando a gestão atual assumiu a Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes, no mês de janeiro de 2009, já existia um contrato com o Itep, com o compromisso de vistoriar e emitir relatórios técnicos preliminares nos 1.272 prédios do Município, contudo o estudo não podia ser realizado há época, porque Jaboatão estava em débito com o Instituto. Lembrou que no mês de maio de 2009 o bloco 155 do Conjunto Residencial da Muribeca cedeu 10 cm na vertical e 5 cm na horizontal, causando desespero generalizado nos moradores e partir daquela situação formou-se uma comissão. Completou dizendo que dos 05 blocos o Itep concluiu o laudo que todos deveriam ser desocupados e que até o dia 25 de outubro daquele ano, o seria entregue a Prefeitura, o resultado das vistorias. Em seguida a **Presidente** informou o resultado da reunião de Brasília, onde foi firmado um acordo que o Governo Federal arcaria com 90% da recuperação dos prédios, o Estado com 8% e os Municípios com 2%. Disse ainda que recebeu ofícios dos Procuradores da República, Mabel Seixas e Antônio Carlos Coelho Barreto Campelo, justificando sua ausência na Audiência Pública e informando suas atitudes em relação ao Conjunto Habitacional de Muribeca, em seguida passou a palavra para o **Deputado Federal Inocêncio Oliveira**, cumprimentou a todos os presentes, disse que o intuito da Audiência era de buscar soluções e não fazer política. Concordeu que os mutuários com prédio condenado não devesse pagar IPTU, além de um aluguel digno para os mesmos. Completou falando dos municípios envolvidos: Jaboatão, Olinda, Paulista, Camaragibe e Recife, onde o Governo Federal iria entrar com 90%, ou seja, 1 bilhão e 800 milhões de reais, Governo do Estado com 8%, ou seja, 160 milhões de reais e a Prefeitura com 2%, ou seja, 40 milhões de reais. Prosseguindo o Sr. **Carlos Wellington** falou que o laudo técnico não se movia sozinho e que desde o ano de 2005, quando o Ministério Público ingressou com uma ação civil pública, contra diretamente os 05 Municípios com prédios de risco, com a perspectiva de resolver o problema de todos os prédios, onde a partir de então, o Itep desenvolveu uma metodologia para fazer os laudos com segurança. Finalizou explicando os procedimentos para elaboração daqueles laudos, pois só os mesmos poderiam falar o que deveria ser feito. Em seguida o Sr. **Édipo Soares** cumprimentou a todos os presentes, falou que quando assumiu a Promotoria do Jaboatão, no ano de 2006, se deparou com a grande problemática dos prédios caixão, para ele, a situação se deu pelo uso de material não adequado, além da técnica empregada e do solo não ser favorável para aquele tipo de construção. Disse que a justiça garantia aos moradores dos prédios, o direito ao recebimento do aluguel, no entanto, a seguradora não arcaava com esse custo. Completou dizendo que nessa temática, o Ministério Público impetrou ações contra as seguradoras, pois caberiam a elas e a Caixa Econômica Federal, fiscalizar tais obras. Explicou a situação de algumas ações que há 3 anos pediam aluguel e que quando os cálculos eram atualizados, o montante na maioria delas, já dava para pagar a recuperação do prédio, havendo, portanto, um desperdício de verba pública e que essas ações eram muito complexas. Finalizou dizendo que estava a disposição para discutir mais sobre o assunto em epígrafe. Em seguida a **Presidente** registrou que o Superintendente da Caixa Econômica Federal não poderia comparecer a Audiência e em seguida, passou a palavra para o **Deputado Estadual Eduardo Porto**, cumprimentou a todos os presentes, pediu que a comissão de moradores continuasse em audiências permanentes, assim como

a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, juntamente com os Deputados Estaduais iriam cobrar o acordo do Governo Federal. Em seguida o **Vereador Neco** cumprimentou a todos os presentes, falou que a Câmara Municipal estaria sempre trabalhando no intuito de ajudar a comunidade, principalmente nas questões dos prédios caixão. Disse que o acordo foi firmado em Brasília, porém não estabeleceram prazos para iniciar a obra, citando que tal ausência deixou muitas pessoas preocupadas. Finalizou pedindo que todos os presentes ficassem de plantão permanente em busca dos resultados. Prosseguindo o Sr. **Guilherme Veiga** cumprimentou a todos os presentes, disse que os moradores que financiaram ou compraram seu imóvel financiado, foram enganados, além de terem sido obrigados a contratar um seguro, que se fosse correto, a seguradora estaria indenizando e/ou dando suporte para aqueles que a acionou. Falou que nunca viu tanto prédio cair, como no Estado e o problema não era do solo, pois houve desabamentos em Paulista, concluindo, assim, que o problema se deu pela precariedade do material utilizado nas construções. Frisou que se tratava de vontade política, já que há 6 anos existia a luta. Informou que a entidade estava preocupada com a situação de todos e principalmente com aqueles que não estavam recebendo as indenizações. Finalizou aconselhando que todos os prejudicados buscassem o Poder Judiciário. Em seguida o Sr. **Marcos Soares**, pediu aplausos para os moradores presentes, disse que falava em nome da rádio cultural da Muribeca, além de ser morador e vítima. Pediu também uma cópia do acordo firmado em Brasília e exposto na Audiência. Falou que o movimento não podia parar, pois nada ainda tinha sido concretizado. Frisou que os moradores não queriam sair da Muribeca, nem queriam indenizações, pois o valor não dava para comprar outro teto. Sugeriu que os Deputados se reunissem em caráter extraordinário para resolver a situação dos moradores de Muribeca, pois o processo andava em "passos lentos" e ainda não tinha sido determinado o dia e a hora de quando começariam as reformas dos prédios e em seguida alertou que até lá outros prédios poderiam cair. Prosseguindo, a Sra. **Maninha Aguiar**, cumprimentou a todos, disse aos moradores presente deveriam se reconhecer como pessoas e se valorizarem. Lembrou que quando foram feitas as vistorias nos primeiros prédios desocupados, técnicos disseram que a culpa dos imóveis estarem naquela situação, foi porque os moradores tinham alterado as estruturas dos prédios, no entanto, ficou evidenciado que o defeito vinha desde as construções. Finalizou pedindo um maior contato da Alepe com a comissão dos moradores; uma reunião com o Governador para saber o que ele pretendia fazer com os moradores; e que os moradores continuassem a luta. Em seguida o Sr. **Miró** perguntou por que a única solução para aqueles moradores era tirá-los de lá? Se o prédio iria cair, por que existia segurança dentro do prédio? Se o Governo não tinha outra opção, senão expulsar o morador de dentro de sua própria casa. Em seguida a Sra. **Fátima Soares** perguntou como iria ficar a situação da fiança que alguns moradores tiveram que arcar e estavam no prejuízo. Prosseguindo o Sr. **Jurandir** cumprimentou a todos, agradeceu a colaboração da diretora da escola, por ter cedido o espaço para a realização da Audiência Pública. Agradeceu também aos convidados presentes por estarem ali para ouvir a comunidade e buscar soluções. Disse que contra documentos, fatos e fotos não existia argumentos, pois estava tudo provado. Parabenizou o laudo realizado pelo Itep, por ter constatado a tempo o risco eminente que os moradores estavam passando. Lembrou aos representantes da Prefeitura, que a justiça determinou a conclusão dos laudos para todos os prédios e isso ainda não tinha sido feito. Em seguida o Sr. **Hugo Soares**, agradeceu as explicações do Promotor de Justiça. Disse que estava recebendo o auxílio moradia e não sabia se esse seria deduzido da sua futura indenização. Criticou a ausência da Caixa Econômica na Audiência, pois foi constatado que o problema não era do solo e sim da qualidade do material utilizado. Perguntou se era rentável para a Instituição recuperar todos os prédios, sugerindo que a empresa reconstruísse os prédios, pois segundo ele, seria menos oneroso para o Governo. Finalizou dizendo que não queria depender de aluguel do Governo por 03 anos e sim ter sua moradia digna. Em seguida o **Deputado Pedro Eurico** falou que a Prefeitura tinha entregado os laudos realizados pelo Itep e disse que a Alepe iria analisá-los. Disse que todos estavam ali presentes no intuito de colaborar, de "engrossar a voz do povo", e que deveria haver cobranças claras. Concordeu com a população de que o acordo tinha que ser lavrado, escrito, para que depois, se o mesmo não fosse cumprido, a população tinha como cobrar do Governo. Finalizou dizendo que a Caixa deveria estar presente na Audiência e sugeriu que a Comissão da Alepe e dos moradores visitasse ainda naquela semana, se possível, a Instituição financeira para cobrar esclarecimentos. Prosseguindo o Sr. **Hugo Leonardo** cumprimentou a todos, disse que morava há 28 anos naquele local e que de repente chegou um caminho da Defesa Civil, colocou seus pertences no mesmo e perguntou para onde deveria ser levado aqueles bens. Relatou que comprou o imóvel há pouco mais de 01 ano e que pagou tudo isso com muita dificuldade. Reclamou do tratamento empregado por aqueles funcionários. Em seguida a Sra. **Carla Franciana** disse que não mais residia na Muribeca, porém tinha um imóvel alugado lá e que de repente recebeu um telefonema dizendo que o prédio, o qual estava localizado seu apartamento estava demarcado com um "X" vermelho, e em seguida perguntou o que aquilo significava. Frisou que era fácil chegar lá na frente e falar de dinheiro, de verba e de outras coisas, devendo todos fazer alguma coisa. Perguntou se Muribeca iria ser destruída e reconstruída, ou se apenas iriam tirar os moradores dali e nada mais a fazer por eles. Prosseguindo a Sra. **Maria José** cumprimentou a todos, disse que a luta vinha desde 2001, onde o Conselho dos Moradores ingressaram junto ao Ministério Público uma ação civil pública. Informou que não residia mais em Muribeca, pois foi convidada a sair de lá, através de um abaixo assinado, porque seu esposo tinha um caminho muito grande e o local não suportava mais esse tipo de veículo. Falou que ainda tinha parentes e amigos residindo no local e isso deixava preocupada. Lembrou que ainda existiam vários blocos em risco, acrescentando que a atitude de alguns moradores de que só sairiam dali amarrado não poderia acontecer, pois era a vida

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Antônio Moraes; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Sebastião Rufino; 3º Secretário, Deputado Aglailson Júnior; 4º Secretário, Deputado Manoel Ferreira. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Paulo César Menezes Teixeira; **Assistente Legislativa** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativa** - Adriana Alves de Araújo; **Superintendente de Recursos Humanos** - Rodrigo Moreira Cordeiro; **Superintendente de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira** - Marcelo Cabral e Silva; **Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica** - Bráulio José de Lira C. Torres; **Assistente de Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Assistente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Assistente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Assistente Educacional** - Jurandir Bezerra Lins; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Assistente de Comunicação Social** - Cláudia Lucena; **Chefe de Departamento de Imprensa**, Marconi Glauco; **Editora**: Andréa Tavares; **Redatores**: Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), João Bitta, Moisés Barbosa, Ricardo Verçosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Edição Eletrônica**: Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio**: Ana Lúcia Lins; **Repórteres**: Carolina Flores, Felipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som**: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezo Ramos; **Estagiários**: Cinthia Carvalho, Jullimária Dutra, Mariana Barros, Paulo Maciel, Priscila Sá e Simone Lourenço; **Chefe do Departamento de TV**, Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV**, Natália Câmara; **Reportagem**: Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mara Amorim; **Produção**: Christianne Alcântara, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação**: Mônica Alcântara. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail**: dcomunic@alepe.pe.gov.br



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

O Projeto Fala Cidadão é uma iniciativa que busca aproximar, cada vez mais, a Assembleia Legislativa da sociedade e garantir a transparência do serviço público. Por meio de uma ligação gratuita, os cidadãos podem ter acesso a projetos em tramitação, leis, história institucional, agenda de audiências e eventos da Casa, entre outros.

